

## 5. *AUSTERIDADE PARA O DINHEIRO PÚBLICO*<sup>5</sup>

Os projetos públicos não devem atender aos interesses dos governantes, mas única e exclusivamente às demandas da sociedade. Os recursos em todos os níveis da Administração Pública se tornaram extremamente escassos com a ampliação das obrigações do Estado. Por isso mesmo exige-se parcimônia na utilização do dinheiro público para evitar equívocos que onerem ainda mais o bolso do contribuinte. Alguns critérios devem ser fixados para saber se determinada obra atende ou não às necessidades da população.

A austeridade, sem dúvida, é uma deles. Nenhuma cidade, nenhum Estado – e muito menos o País – comporta a realização de obras faraônicas, principalmente aquelas que demonstrem uma baixa relação entre custo e benefício. As obras públicas devem ser erigidas sobre o norte da melhoria de vida da população que vai atingir, ao invés de se pautar por interesses políticos. É de fundamental importância que qualquer empreendimento patrocinado pelos cofres públicos seja eivado de transparência em todas as suas fases – da licitação até as etapas finais do projeto. E nenhum projeto deve ser iniciado sem a devida alocação de recursos e cronograma de desembolso.

Também merecem críticas os governantes que não asseguram a continuidade de obras importantes pelo simples fato de que foram herdadas de gestões anteriores. A Administração Pública é muito maior do que as pendengas políticas e não pode sofrer solução de continuidade porque é o povo quem efetivamente arca com os prejuízos. Não faltam exemplos, ao longo de todo o território nacional, do descaso que paralisa obras de hospitais, escolas, estradas e saneamento, impondo um pesado prejuízo aos cofres públicos e um ônus extra à carente população brasileira. Esta é uma das minhas frentes de luta no Congresso Nacional.